

Empresas estatais e privatização

10.12.88

43/88

IGNACIO M. RANGEL

Sob esta mesma rubrica, o professor Paulo Sandroni (Folha, 2 de dezembro de 88) brinda-nos com um succulento artigo endereçado a pôr-nos de pé atrás contra o "tufão privatista que assola o Brasil". O professor desconhece meus argumentos —ou talvez tenha julgado mais cómodo engalfinhar-se com outros argumentos, escolhidos pelo critério da mais óbvia inépcia. Porque é pura inépcia negar méritos aos serviços prestados pelos serviços públicos concedidos a empresas públicas, especialmente no último quartel de século.

Em quatro quadros, alinha-nos informações muito úteis e percucientes, para mostrar que, ainda no quinquênio 1980-85 —quando a presente crise, à qual a caducidade do instituto da concessão de serviço público a empresa pública não é absolutamente estranha— o desempenho de um grupo representativo das estatais em causa era ainda brilhante. Em certos casos, mais do que em outros, como seria de esperar.

Tomemos o caso mais brilhante de todos: o da Eletrobrás. Essa empresa pública concessionária de serviço público reduziu o seu pessoal ocupado, no lustro coberto, de 63,5 para 45,7 mil, pagando salário reais 7,5% menores, enquanto a produção (kwh) aumentava em 58%. Comparando a produção com a folha salarial temos, portanto, um aumento de 100 para 236 entre 1980 e 1985.

Não obstante, a Eletrobrás está em crise —e o está pela razão indicada pelo professor Sandroni, isto é, porque os encargos financeiros cresceram. Para o conjunto de estatais estudadas, diz-nos ele, os encargos resultantes da dívida externa, entre 1980 e 1986, cresceram 78%; os da dívida interna, 48%. A coisa vai por aí. A razão capital: produto da eletricidade —especialmente da hidroeletricidade— é sabidamente elevada e o custo do capital, tanto interna como externamente, tornou-se proibitivo. Noutros termos, o aumento da produtividade do fator trabalho deve-se à mudanças da função de produção, tornada mais "capital intensive".

Para acompanhar a demanda, mesmo de uma economia tão estagnada como está a nossa, estimam-se os investimentos anuais necessários em coisa de US\$ 7 bilhões. Mas o professor Sandroni não examina este problema, e os dados alinhados em seu artigo não nos ajudam nada, nesta matéria. Ora, a função de

consumo de eletricidade só tende a aumentar, a começar pela casa de família, que, mais furiosamente do que antes, tenderá a eletrificar-se e a eletrificar-se, como resposta à demagógica elevação do salário dos empregados domésticos. A pequena empresa, mais "labour intensive" que a grande, perderá sua batalha, mesmo nos minguantes casos em que ainda predomina. E tudo isto nas condições da elevação do custo incremental da energia, no Brasil, como em todo o mundo.

A economia está em recessão, a mais prolongada e grave, desde que começou, há mais de meio século, a industrialização e, para isso, o remédio apontado pelo professor é que "as empresas estatais deveriam constituir a principal alavanca do investimento, para garantir o crescimento económico, especialmente no momento em que o setor privado se retrai".

Por outras palavras, o professor (da PUC-SP e da FGV-SP) leva-nos, com mão de sôda, a um dos mais traiçoeiros ardis da lógica, isto é, leva-nos a supor inexistente o problema que queríamos resolver. Porque o fato é que o brilhante

desempenho das estatais —do qual nos dá uma amostra relativa a um quinquênio do, pelo menos, um quartel de século do reinado do instituto da concessão de serviço público a empresa pública— esteve na dependência de uma função de produção fortemente capital-intensiva, a qual foi possibilitada pela alavancagem estatal a que ele alude. Ora, se essa alavancagem ainda fosse possível, a presente crise não teria entrado na ordem natural das coisas como entrou.

Recapitemos: os serviços públicos concedidos a empresas estrangeiras estiveram sendo, paulatinamente, convertidos em serviços públicos de administração direta do Estado. Não que a concessão a empresa privada estrangeira não tivesse desempenhado bem o papel delas esperado, mas porque, nas condições criadas pela Grande Depressão mundial, já não o desempenhava mais. A nacionalização —sob a forma de administração direta do Estado— resolveu alguns problemas, permitindo que os serviços pudessem continuar a operar, oferecendo às empresas privadas implantadas no país (tanto nacionais como estrangeiras) condições para que pudessem desenvolver-se. Sem os serviços públicos nacionalizados,

sob essa primeira forma, teria sido possível o prosseguimento da industrialização?

Mas os serviços sob administração direta do Estado tinham seus senões. Para começar, geriam empresas como se fossem repartições públicas, condicionando crescente grau de ineficiência. Por exemplo, quando, pelos azares da guerra civil, sem caso pensado, as grandes empresas russas foram estatizadas, Lênin, consultado sobre que fazer, respondeu candidamente: estudem a contabilidade dos cartéis alemães.

Noutras palavras, recomendava que as empresas estatizadas passassem a ser geridas segundo as praxes desenvolvidas pelo mais avançado capitalismo financeiro da época: o alemão.

Pois foi isso o que fizemos, no Brasil, com os serviços públicos de administração direta, obviamente sem condições para o desempenho do papel que lhes era distribuído. Demo-lhes a forma mais avançada possível de capitalismo de Estado ou, como diz a lei 2004, que criou a Petrobrás: salvo no estabelecido por dita lei, a empresa seria regida pela Lei das Sociedades Anônimas.

A concessão de serviço público a empresa pública, ao possibilitar, via direito de sociedades anônimas e institutos congêneres, formas mais altas de administração, tinha ainda um mérito decisivo. Pelo comprometimento de recursos fiscais futuros —via aval do Tesouro— abria a possibilidade de concentração dos recursos para investir, em prazo relativamente curto. Sem isso, nem Tucuruí, nem Itaipu, poderiam ter sido construídas.

Deve ficar claro, porém, que cada aval concedido compromete novos recursos e, inevitavelmente, chegaria o dia em que o simples rolamento da dívida garantida pelo aval do Tesouro —para não falarmos em levantamento de recursos novos— importaria em elevação proibitiva da taxa de juros, para o setor público e para todo o sistema.

Nessas condições que chegaram, falar em alavancagem da economia via investimentos públicos —como foi feito no passado e como agora aconselha o professor— simplesmente não faz sentido.

IGNACIO M. RANGEL, 75, economista, é membro do Conselho Federal de Economia e foi presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro.